
**Prestação de Serviços de Aulas de Natação e Condição Física nas Instalações
Desportivas Municipais 2024/2026**

CONSULTA PRÉVIA

**CONVITE À APRESENTAÇÃO
DE PROPOSTA**

N.º de Registo **18858**
Processo **2024/300.10.005/2082**

Convida-se V.Ex.^a a apresentar proposta para a Prestação de Serviços de Aulas de Natação e Condição Física nas Instalações Desportivas Municipais (Procedimento Consulta Prévia).

1 – Identificação do Objeto do Concurso

O objeto do presente procedimento é a Prestação de Serviços de Aulas de Natação e Condição Física nas Instalações Desportivas Municipais 2024/2026 (ver anexo II do caderno de encargos).

2 – Identificação da Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de São Brás de Alportel, sita na Rua Gago Coutinho n.º 1, Apartado 52, com os números de telefone: 289840000 e de fax: 289842455 .

3 – Órgão Contraente

A decisão de contratar foi tomada pelo presidente do Município de São Brás de Alportel, o qual é competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar.

4 – Órgão competente para prestar esclarecimentos

- a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo júri designado para este procedimento, com competência delegada, e devem ser solicitados pelos interessados, por escrito e através da plataforma eletrónica da contratação utilizada pela entidade adjudicante, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme disposto no n.º 1 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e demais alterações;
- b) Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito e através da plataforma eletrónica da contratação, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme estipula o n.º 5 do artigo 50.º do já citado Código.

5 – Tipo de Procedimentos

Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, propõe-se, face ao valor em causa, a realização de um procedimento de Consulta Prévia.

6 – Prazo e Modo de Apresentação das Propostas

a) As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até **às 23:00 horas do 12.º dia a contar da data do envio do convite**;

b) Os documentos que constituem a proposta são apresentados através de meio de transmissão eletrónica de dados (mail), nos termos abaixo indicados:

b.1) As peças do procedimento são disponibilizadas via Plataforma AcinGov, através do endereço <https://www.acingov.pt/>

b.2) Receberá um email de notificação de convite à apresentação de proposta, através da referida Plataforma da Acingov onde existirá um **link** para acesso à plataforma e consulta das peças/especificações carregadas no procedimento, pelo este Município.

b.3) Todo o procedimento tramitará através da plataforma como se de um mail se tratasse.

b) A proposta e os documentos que a acompanham, nos termos do artigo 58.º do C.C.P., são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

7 – Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

8 – Documentos que acompanham a proposta

- a) Declaração sob compromisso de honra, de que preenche os requisitos de idoneidade, exigidos e não se encontra em nenhuma das situações previstas no art. 57.º do Código dos Contratos Públicos – C.C.P. (Anexo I);
- b) Certidão Permanente.

9 – Elementos a indicarem obrigatoriamente nas Propostas

- Preço hora + IVA;
- Preço para um máximo de 50 horas semanais + IVA;
- Condições de pagamento que deverá ser a 60 dias, após a receção da fatura.

10 – Outros elementos a indicarem nas propostas

Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos bens que se propõe fornecer.

11 – Fase de Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

12 – Prazo da Obrigação de Manutenção da Proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme disposto no artigo 65.º do C.C.P.

13 – Critério de Adjudicação

- a) O critério de adjudicação a aplicar é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade monofator, designadamente o preço mais baixo, nos termos da alínea b) do artigo 74.º do CCP;
- b) Como critério de desempate, será efetuado sorteio das propostas que se encontrem em igualdade de critério, nas instalações desta Câmara Municipal, em hora e data a definir.

14 – Caução

O valor previsto para o preço contratual é inferior ao limite referido no n.º 2 do artigo 88 do C.C.P., pelo que não será exigida caução.

15 – Documentos de Habilitação

- a) Os documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário, serão os seguintes (de acordo com o artigo 81.º do CCP):
 - a.1) Declaração elaborada de acordo com o modelo do anexo II do CCP;
 - a.2) Declaração de não dívida à Segurança Social ou código de acesso;
 - a.3) Declaração de não dívida às Finanças ou código de acesso;
 - a.4) Registo Criminal da Empresa;
 - a.5) Registo Criminal de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
 - a.6) Documento comprovativo de submissão e validação da declaração efetuada no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo).
- b) O documento referido na alínea a.1) do número anterior deverá ser assinado pelo(s) representante(s) legal(ais) do adjudicatário com poderes para o vincular.
- c) O Município de São Brás de Alportel, solicitará ao adjudicatário, a apresentação dos documentos de habilitação referidos neste convite, e ou, outros documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito, conforme definido no artigo 81.º do C.C.P.

16 – Preço Base

O preço base do procedimento é de € 40.000,00 (quarenta mil euros) não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

17 – Exclusão de Propostas

Serão excluídas as propostas que:

- a) Não cumpram o prazo estabelecido no ponto 6 do presente Convite;
- b) Não cumpram as características/especificações estabelecidas na Anexo II do Caderno de Encargos;
- c) Apresentem preço contratual superior ao preço base;

- d) Sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os candidatos prestem culposamente falsas declarações.
- e) Não cumpram o estabelecido no ponto 8 e 9 do presente Convite.

18 – Legislação Aplicável

Em tudo o omissso no presente convite será aplicado o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111 – B/2017, de 31 de agosto e restante legislação em vigor.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal

Vítor Manuel Martins Guerreiro

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.